



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

PARECER

1. Identificação

De: André de Sousa Roepke - Procurador

Para: Dênio Alexandre Scottini - Procurador-Geral

Objeto: Emenda n.º 01 Projeto de Resolução n.º 573

Órgão Consulente: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

2. Síntese dos Fatos

Trata-se de pedido de exame jurídico da Emenda n.º 01, apresentada ao Projeto de Resolução n.º 573.

Referido projeto, de iniciativa da Mesa Diretora, pretende dispor sobre a Ouvidoria-Geral no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau.

A emenda busca alterar a redação do inciso II do parágrafo único do artigo 7º. Mais especificamente busca substituir o número do documento de identidade pela data de nascimento, entre as informações que deve apresentar o indivíduo que pretender utilizar os serviços da Ouvidoria.

É a síntese do necessário.

3. Do Direito

3.1. Considerações preliminares sobre a regularidade das emendas parlamentares



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Em sede de análise jurídica de emendas - apresentadas em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo a principal regra que deve ser observada é a insculpida no art. 39 da Lei Orgânica do Município, o qual tem a seguinte redação:

Art. 39 – Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Tal norma reflete o disposto no art. 63 da Constituição Federal de 1988, *verbis*:

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

A Constituição Federal no seu art. 63, II, foi um pouco mais específica que o art. 39 da Lei Orgânica Municipal. Isso porque previu a Magna Carta a hipótese de emenda em projetos que versem sobre a economia interna do Parlamento. Tais projetos, como é óbvio, só podem ser apresentados pela sua Mesa Diretora.

De todo o modo, deixa a Constituição Federal de 1988 totalmente explícito que:

1º) É possível a apresentação de emendas parlamentares em projetos de iniciativa privativa tanto do Chefe do Poder Executivo quanto da Mesa Diretora do Poder Legislativo.¹

¹ Nesse sentido é a lição de José Nilo de Castro: “O Legislativo reconquistou seus privilégios na Constituição de 1988. Identifica-se-lhe o alcance no poder de emendar. É que, salvo emendas que aumentem a despesa pública nos projetos de iniciativa reservada ao Executivo e nos projetos sobre organização administrativa da câmara Municipal (v. art. 63, I e II, CF), é abrangente o poder



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

2º) Todavia, em qualquer uma das hipóteses de iniciativa reservada acima comentadas, a emenda eventualmente apresentada por parlamentar não pode implicar *aumento de despesa*.

É este o entendimento de Hely Lopes Meirelles, que antes mesmo da vigência da Constituição de 1988 ensinou que:

A exclusividade da iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto às matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar *emendas supressivas e restritivas*, não lhe sendo permitido, porém, oferecer *emendas ampliativas*.²

Note-se, todavia, que a restrição acima apontada não é aplicável à emenda ora em exame. Este, conforme já apontado no item 2 do presente parecer, busca apenas alterar uma das várias informações que deve um usuário da Ouvidoria da Câmara Municipal apresentar, e nada mais.

Sendo assim, regular a presente emenda à luz do art. 39 da Lei Orgânica do Município.

3.2. Da pertinência temática das emendas com o objeto da proposição principal

A doutrina também aponta que toda emenda parlamentar, para ser regular, deve guardar uma *pertinência temática* com o objeto versado no projeto. Importa dizer: não pode a emenda dispor sobre assunto estranho ao tema do projeto de lei, sob pena de descaracterizá-la.

de emenda (CASTRO, José Nilo de. *Direito Municipal Positivo*, 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 144)".

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*, 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 564.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

Rigorosamente falando, a necessidade de que uma emenda guarde pertinência temática com o objeto da proposição original, mais do que simples recomendação doutrinária, reflete, na verdade, a própria regra regimental que dispõe ser a emenda uma disposição eminentemente acessória, a um dispositivo já existente.

No caso da Câmara Municipal de Blumenau, tal enquadramento da emenda aparece no art. 139 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Deste modo, não soa como equivocado afirmar que toda vez que uma emenda pretender dispor sobre matéria estranha ao projeto, de modo a desnaturar a própria finalidade que o Regimento Interno da Câmara Municipal reservou para tal espécie de proposição, estar-se-á diante de uma afronta ao art. 139 do mencionado diploma.³

A emenda em questão, conforme já visto, busca substituir expressão no inciso II do art. 7º do texto do projeto. Mas tal pretensão não tem o condão de, nem mesmo remotamente, desnaturar o objeto versado no projeto.

Por todo o exposto, também do ponto de vista da pertinência temática a Emenda n.º 01 não apresenta irregularidade.

3.3. Da constitucionalidade material da Emenda n.º 01

Por constitucionalidade material, deve se entender a compatibilidade vertical entre o conteúdo do Projeto de Lei (e suas emenda também, como é óbvio) e os princípios e normas

³ Tal artigo do Regimento Interno da Câmara Municipal não destoa do disposto no inciso II do art. 7º da Lei Complementar nacional n.º 95/1998 (que fixa as regras gerais pátrias sobre redação de leis), e segundo o qual a lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Procuradoria-Geral

constitucionais. Difere-se da constitucionalidade formal, pois neste último caso analisam-se aspectos atinentes à iniciativa e formalidades do processo legislativo, já verificados no item anterior.

Do ponto de vista material, não se vislumbram vícios no texto da Emenda n.º 01 ao projeto. É que esta, do ponto de vista do seu objeto não afronta regra ou princípio, seja da Lei Orgânica do Município, ou mesma da Constituição Federal.

4. Conclusão

Por todo o exposto, não padece o texto da Emenda n.º 01 ao Projeto de Resolução n.º 573 de vício de inconstitucionalidade ou de ilegalidade orgânica.

Blumenau, 16 de outubro de 2019.

André de Sousa Roepke
Procurador

Em despacho:

Aprovo o Parecer exarado a respeito do texto da Emenda n.º 01 ao Projeto de Resolução n.º 573, pelo Procurador André de Sousa Roepke, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

À Comissão consultante, para exame e apreciação.

Blumenau, 16 de outubro de 2019.

Dênio Alexandre Scottini
Procurador-Geral